



TRABALHO, FAMÍLIA E VIDA PESSOAL: A PRESENÇA E A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA ACADEMIA, VIS-A-VIS A DE SEUS COLEGAS HOMENS, UMA ABORDAGEM CRÍTICO-DIALÉTICA

Silmere Alves Santos de Souza¹

Seja individual ou coletivamente, historicamente, as mulheres resistem, conquistam direitos e ampliam sua inserção nos espaços públicos, usando inclusive a produção científica como instrumento de denúncia dos processos de dominação-exploração sofridos. Individualmente, a história mostra que desde a Antiguidade inúmeras mulheres, a exemplo de Hipácia², resistiram. Coletivamente, através do movimento feminista, a conquista do voto, a inserção no mercado de trabalho, a estruturação de políticas públicas para garantir os direitos das mulheres foram resultados das reivindicações feministas.

Em termos de inserção no espaço público e no mercado de trabalho, uma grande conquista foi o ingresso na atividade do magistério, num contexto em que a situação de dominação era extremamente patente, pois os homens exerciam irrestrito controle sobre as atividades femininas tanto enquanto educandas quanto como educadoras. De todo modo, instruir-se passou a ser para as mulheres uma forma de romper com o antigo paradigma da opressão masculina e o trabalho remunerado passou a ser visto como uma estratégia possível de emancipação da mulher.

Jane Almeida (1998) assegura que no início as professoras limitavam-se ao ensino de matérias relacionadas às prendas do lar e que a inserção das mulheres neste mercado de trabalho não se deu de modo tranquilo pelos homens que eram professores, pois implicava em perda de espaço profissional. Além disso, a feminização entendida como conceito do magistério implicou em assumida desvalorização desta função, e para Jane Almeida, esse fato abarcou, indistintamente,

¹ Graduada em Serviço Social, Mestre em Educação e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. silmerealves@yahoo.com.br.

² Desde a Antiguidade Clássica as mulheres despontaram como produtoras do conhecimento e partícipes na vida pública, mas os processos de dominação e opressão sufocaram a participação da mulher na vida pública. Em Alexandria uma mulher fez tantas realizações em Literatura e Ciência que ultrapassou todos os filósofos da época e foi morta pelos cristãos, este fato aconteceu muito antes das fogueiras da Inquisição. Era o ano de 415 a.C quando a primeira mulher matemática da História, uma mulher de 60 anos foi retirada de sua carruagem por uma multidão enfurecida e arrastada até a igreja de Cesarión, despida, teve sua pele e carne arrancadas, acusada de bruxaria. Segundo Flávia Ribeiro², Hipácia era uma intelectual, expoente do pensamento filosófico neoplatônico, dedicava-se a pensar o mundo das idéias em relação ao mundo físico, a investigar se a alma era una ou dividida, viveu numa sociedade em tensão por causa das mudanças político-religiosas, tensão entre judeus e cristãos e cristãos e pagãos. Inspiradora de grandes cérebros de seu tempo teve influência em diversas esferas de vida pública e foi capaz de se destacar num mundo em que o intelecto era propriedade masculina. Por isso, Hipácia é considerada a última intelectual de destaque da capital egípcia, centro da cultura grega do mundo helenístico.



homens e mulheres. Por outro lado, a profissão de professora tinha um *status* social maior que o de parteira, governanta etc. o que contribuiu para a corrida das mulheres para o magistério.

Com o passar do tempo, as mulheres assumiram enquanto espaço de trabalho não somente a educação infantil, mas também o ensino fundamental, médio e os espaços da academia. No entanto, historicamente, o magistério superior feminino está ligado a cursos considerados femininos como: enfermagem, serviço social e algumas licenciaturas.

É o que pode ser constatado em Eva Blay (2000), para quem na universidade há uma divisão sexual dos cursos. Apesar de já se verificar certa igualdade em alguns deles, continua patente, por exemplo, que os cursos relacionados com a assistência social, a formação de pára-médicos, o magistério, ainda são escolhidos por uma maioria feminina, ao passo que cursos como os de engenharia, direito, computação, medicina e matemática continuam sendo procurados pelos homens. Segundo estudiosos de gênero, a inserção das mulheres na medicina está ligada àquelas especializações também ligadas ao cuidado como: pediatria, ginecologia, obstetrícia e outras.

Para Estela Aquino (2006, p. 12), por ser a universidade uma instituição pública, onde o acesso aos postos de trabalho se dá por concurso, com menor possibilidade de discriminações de gênero; de haver garantia de direitos trabalhistas, como licença maternidade, salários iguais para a mesma função e a estabilidade no emprego; observa-se, entretanto, tanto a segregação horizontal quanto a segregação vertical. A segregação horizontal é verificada através na naturalização de determinadas ocupações femininas a partir das especificidades de gênero biologicistas. Já a segregação vertical é a que dificulta a progressão das mulheres aos cargos mais elevados da hierarquia profissional e, mesmo quando essa ocupação chega a acontecer, acontece mais tardiamente do que para os homens e, portanto, não tendo acesso aos cargos mais elevados também não tem acesso aos maiores salários.

De acordo com estudos publicados no Caderno Feminismo, Ciência e Tecnologia, pela REDOR/NEIM, de 2002, constata-se o crescimento da participação de mulheres no sistema de ciência e tecnologia brasileiro nos últimos vinte anos, notadamente nas instituições de ensino superior e de pesquisa.

Segundo dados do CNPQ, desde 1995 as mulheres já são maioria nas concessões de bolsas de iniciação científica (52,8%) e, desde 1998, nas de mestrado (52,1%). No doutorado, no entanto, ainda em 1995, os homens dominavam: além de o número de concessões ser maior para eles, tal realidade se manteve inalterada ao longo de toda a década de 90, com 69,5% de bolsas. Ainda de acordo com as análises do CNPQ, a menor presença feminina nessas bolsas pode ser atribuída à



inserção tardia das mulheres no sistema, mas o fato de as mulheres serem maioria nas universidades e nas bolsas de iniciação científica e de mestrado faz supor que, no futuro, a participação feminina na carreira científica em todos os níveis será alterada.

O tempo passou e, nos dias de hoje, pode ser comprovado analisando-se os dados do CNPQ (2001- 2007) sobre o número de bolsas-ano de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil e no Exterior, que: nas bolsas concedidas para qualificação em mestrado, doutorado e pós-doutorado, as mulheres, desde 2006 apresentam percentuais de 52%, 50% e 52%, respectivamente. No entanto, as bolsas concedidas para processos de qualificação no Exterior nos níveis, Doutorado, Doutorado Sanduíche e Pós-Doutorado, constata-se um alto índice de desigualdade. No nível de Doutorado, de 2001-2007, os homens apresentam percentuais sempre superiores a 59%, chegando a 72%. No doutorado-sanduíche, as mulheres, no período de 2001-2004, tiveram um percentual entre 51% e 53%; e no Pós-Doutorado entre 2001-2007, os homens tiveram percentuais de acesso entre 60% a 71%.

Os dados relevam o fato de que as mulheres inserem-se, principalmente, na modalidade doutorado sanduíche, provavelmente pelo menor tempo de permanência no exterior. Trata-se de uma informação relevante na medida em que a qualificação e a competência para a produção do conhecimento, só tem reconhecimento a partir da titulação de doutor; bem como o acesso aos editais de financiamento para a produção da pesquisa, ou mesmo o acesso, a grande maioria dos concursos federais para o ensino superior.

No que diz respeito aos Grupos de Pesquisa, cadastrados no CNPQ, o censo 2008 mostra que 49% dos pesquisadores são mulheres e 51% são homens e mais de 60% são doutores. Quando a liderança dos grupos é analisada, a participação feminina cai para 45%. Apesar disso, os números indicam uma evolução da presença feminina na realização de pesquisas, mas não como coordenadoras dos grupos de pesquisa. Também nos grupos de pesquisa, as áreas de predominância feminina, segundo Censo 2008 do CNPQ, são a fonoaudiologia, a enfermagem, o serviço social e a nutrição. Já as engenharias ainda continuam sendo as áreas de predominância masculina.

Com relação às bolsas de produtividade em pesquisa, Estela Aquino (2006) expõe que a grande maioria (67,8%) é destinada aos homens, o que se acentua a medida em que aumenta o nível hierárquico. Para a autora, os estudos sobre esta questão são escassos no Brasil, mas (Velho e Leon, 1998; Leta e Lewison, 2003; Santos, 2004) evidenciam dificuldades para as mulheres na progressão em carreiras científicas, com menor acesso a cargos acadêmicos e a recursos para pesquisa, além de mais baixos salários.



Além destes fatores, também podem ser analisados dados relacionados ao acesso às instâncias de poder de instituições e entidades representativas da área da Ciência e Tecnologia, no Brasil. O Ministério da Ciência e Tecnologia, desde a sua criação, teve 11 ministros e nenhuma ministra. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) de 1951 até os dias de hoje, sempre foi presidido por um total de 19 homens. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) criada em 1948, já teve em seu quadro dirigente 14 (92,9%) presidentes e 01 (7,1%) presidenta, Carolina Bori (1987 a 1989). A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), criada em 23 de maio de 1989 tem em seu quadro de ex-presidentes, 14 (82,4%) homens e 03 (17,6%) mulheres. No Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das IES Brasileiras, das 21 gestões desde a sua criação, 02 (9,5%) mulheres fizeram parte. São elas: Maria José Lima da Silva (UFPB) e Eliana Martins Lima (UFG). Estes dados dão visibilidade ao pouco acesso das mulheres às instâncias de poder, ligadas à Ciência e Tecnologia e ao universo acadêmico e leva aos seguintes questionamentos: o que dizer das reitorias, das chefias de centro, de departamento, das pró-reitorias de pesquisa, ensino e extensão, instâncias de poder e decisão política, das universidades públicas brasileiras? Qual o peso dos estereótipos de gênero nas indicações para os “cargos de confiança”, já que a indicação para ocupar tais cargos depende do julgamento dos pares?

Diana Maffia, do Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero, da Universidade de Buenos Aires, no artigo, "Crítica feminista à ciência" de 2002, investiga os motivos que levam as mulheres a estarem "sub-representadas" nos níveis de pesquisadoras, diretoras, nos comitês de decisão e comitês de governo e nas instituições de pesquisa e apresenta indicadores que podem favorecer a elaboração de um diagnóstico da situação das mulheres no setor da ciência e tecnologia, bem como, fazer propostas de indicadores e de política para alcançar a igualdade de oportunidades e diminuir as brechas de gênero.

Para Estela Aquino (2006) as reflexões internacionais nos indicam que esse fenômeno, embora variando entre países e contextos, assume certa regularidade, considerando-se três conjuntos de fatores: a socialização de gênero; a difícil conciliação entre carreira e família³; e ao modo como a ciência foi estruturada, baseada em valores androcêntricos.

Analisa-se com isso que as habilidades e competências definidas ao longo da história como de responsabilidade da mulher na família, as quais atreladas a pressupostos biologicistas e utilizadas

³ Neste fator, a conciliação carreira-família não contribui para a luta pela equidade de gênero, cobra única e exclusivamente da mulher que resolva os conflitos derivados desses processos ou atribui à mulher a inteira responsabilidade. Neste espaço privado, apesar de algumas exceções, a dominação masculina se faz imperativa.



como justificativas para os processos de diferenciação entre homens e mulheres, fazem parte dos processos de socialização e estão principalmente nas mentes de homens e mulheres, demarcando que ainda há muito a transformar nas mentalidades sobre as relações de gênero.

São estas diferenciações que interferem nos espaços da formação e de trabalho na academia e tem implicação direta nos espaços ocupados pelas mulheres. Esta situação complexifica-se quando na sociedade contemporânea, tanto homens quanto mulheres se confrontam com as exigências de novas habilidades/competências. Assim, num contexto em que competência profissional remete à produção do conhecimento e a elevados padrões de qualificação, competitividade e produtividade nacional e internacional, é preciso dar visibilidade às trajetórias de homens e mulheres docentes inseridas na educação superior; aos fatos históricos e culturais característicos do patriarcalismo, do androcentrismo e o biologicismo que porventura estejam presentes no ambiente de trabalho acadêmico, demarcando principalmente, os processos de mudanças nas relações de gênero nos espaços públicos e privados que levem a relações de gênero mais igualitárias.

Além disso, a entrada da mulher na Universidade brasileira é recente (só se tornou mais intensa depois dos anos de 1940), demandou mais anos de estudo e levou-as se depararem com empecilhos dentro da própria universidade e fora dela.

O fato é que a mulher atua em dois caminhos, o de ser feminina-mulher-mãe e o de ser agente social, econômico e político. Consequentemente é necessário investigar, de um lado, os obstáculos dentro da universidade, do mercado, os valores sociais e, por outro, analisar seu papel nos espaços da vida privada numa família que apresenta outra configuração.

Segundo Rosiska Oliveira (1993), houve um mal-entendido que é preciso ser desfeito. Se na base do feminismo as mulheres procuraram convencer os homens sobre a sua condição de igualdade de estar nos espaços públicos, esqueceram-se de que, com isto, findaram por reforçar os papéis masculinos como hierarquicamente superiores, porquanto firmado nos espaços públicos e, apesar desta conquista de espaço, não houve uma contrapartida com a infiltração dos homens nos espaços privados. Com isto, surgiu a impossibilidade de dissolver o conflito coexistencial de manter os espaços públicos e privados simultaneamente, assumindo a multiplicidade de papéis que desgastam e trituram a estrutura psíquica da mulher, remetendo a uma discussão sobre a saúde da mulher.

A perspectiva é que as transformações ocorridas no âmbito da identidade levem a transformações no âmbito social. Nesse sentido, a vida cotidiana ganha visibilidade sob os olhos da perspectiva crítica. A abordagem sobre a trajetória e construção da identidade de docentes homens e



mulheres para identificar os processos de desigualdades entre sexos traz à tona os estudos sobre as categorias sociais de gênero, que entendem que as mulheres e os homens já são tratados de forma diferente a partir de seu nascimento, em função do sexo biológico e do meio cultural e social em que são gerados.

Diante do exposto, apresentam-se os questionamentos que orientam a pesquisa de doutoramento em educação:

Qual o perfil dos docentes efetivos e temporários da Universidade Federal de Sergipe/Campus São Cristóvão, considerando as seguintes variáveis: centro, curso, sexo, faixa etária, categoria, regime de trabalho, nível de titulação, tempo de serviço, número de filhos, estado civil, etnia, idade de inserção no trabalho acadêmico?

Qual a trajetória dos docentes para efetivarem seus processos de qualificação profissional, de trabalho e ocupação dos espaços de poder na estrutura administrativa da UFS? Como as mulheres docentes da UFS constroem seus projetos de carreira e profissão?

No espaço que se propõe universal, como a Universidade, em pleno século XXI os processos androcêntricos⁴, de dominação patriarcal⁵ e discriminação por gênero ainda estão presentes? O trabalho na carreira do magistério superior da UFS sofreu alteração ou continua sexuado com barreiras de acesso aos processos de qualificação profissional e acesso às instâncias de poder na academia?

O que homens e mulheres pensam sobre os aspectos da vida privada/particular (os papéis atribuídos a homens e mulheres na família) que interferem no trabalho acadêmico, ou vice-versa, e como agem nessa relação carreira acadêmica e família e em que medida dificultam/facilitam a inserção, permanência no trabalho e/ou acesso às instâncias de poder na academia?

Como homens e mulheres que tem um projeto profissional acadêmico vivenciam as transformações contemporâneas na família e no mundo do trabalho? Os novos tipos de arranjos

⁴ *Androcentrismo*, postura segundo a qual todos os estudos, análises, investigações, narrações e propostas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, e tomadas como válidas para a generalidade dos seres humanos, tanto homens como mulheres. Não há um entendimento único na teoria feminista sobre o uso do conceito de *patriarcado*, mas há consenso quanto à influência da razão androcêntrica sobre a ciência. Tal convencimento é fundamental para investigar o debate filosófico travado ao longo da história sobre o tema da igualdade, a fim de assentar a compreensão da influência do androcentrismo sobre os *valores e idéias* vinculados à distribuição e ao exercício de *poder* na sociedade.

⁵ “O patriarcado não é, em absoluto, entendido pelas feministas de uma maneira única. Elas foram buscar o conceito em Max Weber, mas no e pelo movimento feminista ‘patriarcado’ muniu-se de múltiplos significados diferentes. Kate Millett teve grande influência na maneira de entender o conceito. Para ela o patriarcado como instituição é ‘uma constante social que perpassa todas as outras formas políticas, sociais ou econômicas’, embora reconheça existirem diferenças históricas e geográficas”. Cf. SCHOTTROFF, Luise Patriarcado apud GÖSMANN, Elisabeth et al. **Dicionário de teologia feminista**. Tradução Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 369-374.



familiares favorecem a divisão sexual dos papéis entre homens e mulheres? Como se configura a divisão sexual do trabalho doméstico para as mulheres de trabalham na academia?

Como mulheres empoderadas conciliam carreira-família? Porque mulheres docentes que ultrapassaram as fronteiras da vida privada, em direção a vida pública encontram resistência para divisão sexual dos papéis domésticos? Até que ponto no cotidiano de suas vidas as docentes vivenciam a dominação patriarcal, resistem e defendem seus direitos?

Há, na sociedade contemporânea, mudanças nas relações entre homens e mulheres que caracterizem outros comportamentos, outros padrões de sociabilidade que levam a construção de identidades pautadas em valores mais equitativos de gênero e que favoreçam a articulação carreira-família para mulheres que trabalham na academia?

Na perspectiva epistemológica crítica, aos questionamentos feitos anteriormente, as teses apontam que a presença de mulheres nos espaços da academia é perpassada por fatos históricos característicos do patriarcalismo e do androcentrismo, o que justifica romper o ceticismo quanto à competência técnica e científica das mulheres. Tendo que resgatar todo o discurso que há muito vem sendo historicamente analisado sobre a divisão social e sexual do trabalho no âmbito da produção que, ao dar visibilidade ao sexo da classe trabalhadora, explicita que há diferenciações presentes no espaço da produção entre força de trabalho feminina e a masculina. Essas diferenciações no atual contexto de inovações tecnológicas, sobretudo, carreira do magistério superior, passam por uma questão bem mais séria do que a competência da mulher para assumir determinada função, ou de uma mera aposta para ver se de fato, mesmo sendo qualificada, ela é competente ou não para atender as exigências que o trabalho docente em nível superior requer. E leva-nos a elaborar a seguinte hipótese orientadora.

Se nas relações de gênero, as causas das desigualdades, variam de acordo com as necessidades particulares de cada sociedade, do contexto histórico e estão interligadas a fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, as possibilidades de transformação também o são. Ademais, as ciências e o mundo do trabalho também são organizados pelas relações de gênero, étnico-raciais e de classe. Sendo assim, *os procedimentos de gênero interferem na inserção, permanência e ascensão da mulher no mundo da ciência; interferem nos processos de trabalho e qualificação profissional e acesso às instâncias de mando, decisão e poder. Procedimentos de relações de gêneros aos quais elas resistem cotidianamente, e devem, portanto, ganhar visibilidade.* Possibilitando assim que sejam ruídas as estruturas dos sistemas de dominação



patriarcal e androcêntrico que sejam revistos ou ressignificados os comportamentos e as mentalidades.

Por outro lado, as pesquisas mostram que mulheres com níveis educacionais mais altos geralmente têm mais capacidade de melhorar a própria qualidade de vida e a de suas famílias. Estão mais bem preparadas para se beneficiar das oportunidades existentes e dos serviços disponíveis, gerar oportunidades alternativas e estruturas de apoio. Com isso, os efeitos da educação no empoderamento da mulher se manifestam de formas variadas, até mesmo pelo aumento do potencial de geração de renda, da autonomia nas decisões pessoais, do controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública. Mas, tais efeitos dependem dos processos de socialização vivenciados, que estruturam aspectos da afetividade que definem as relações com os filhos e os (as) companheiros (as) na família.

Na família, as relações entre homens e mulheres ainda estão imbricadas por construções histórica e socialmente pautadas nos princípios do patriarcalismo que fazem com que a paternidade ou a maternidade tenham conseqüências diferenciadas, sobre a vida profissional dos docentes baseadas nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Apesar disso é visível que na sociedade atual há indícios de rompimento com os princípios do patriarcalismo observados a partir das mudanças de mentalidade e de comportamentos diferenciados que interferem na redistribuição das funções e nas relações familiares tornando-as mais igualitárias e equitativas.

Com isso, entende-se que as possibilidades de transformação das relações de gênero dependem também dos aspectos da subjetividade, identidade, dos processos de socialização e das mentalidades de homens e mulheres, relativos aos espaços públicos e privados e dos seus papéis enquanto pais e mães. Pois o sujeito é um ser humano, social, singular em relação com o outro sexo, produtor e produto da cultura, passíveis de mudanças de comportamento e de elaboração de formas de resistência (ou não resistência). Portanto, é preciso conhecer o que mudou para os homens e mulheres nessa relação, principalmente, no contexto de uma sociedade nordestina distante dos grandes centros de formação profissional superior e de produção da ciência e tecnologia; cultura na qual os valores patriarcalistas e machistas estão enraizados e, provavelmente, refletem os procedimentos androcêntricos e patriarcais nos âmbitos da vida pública e privada.

Em vista disso, tudo indica que mulheres mais empoderadas também encontram dificuldades para conciliar carreira e família, mas neste grupo podem ser encontradas outras formas de enfrentamento e resistência e apontar algumas tendências e perspectivas ou encontrar algumas explicações relacionadas aos âmbitos psicológicos da dominação patriarcal; bem como, pontuar ou



caracterizar a dimensão da afetividade que, provavelmente, faz com que as mulheres continuem a se incumbir, diretamente ou indiretamente, do trabalho doméstico.

Neste momento histórico, *trata-se, portanto, de um processo de mudança das mentalidades e comportamento, no qual a educação tem um papel importante, na transformação das mentalidades, na valorização do direito à igualdade e a equidade, mas demarcando também a luta pelo direito à diferença.* Diferença que tende a relações de gênero, nas quais a maternidade e paternidade envolvem relações homossexuais, heterossexuais, que trazem outras perspectivas.

Demanda uma análise interdisciplinar entre as categorias do Trabalho, Família e da construção da Identidade de homens e mulheres na sociedade contemporânea, demarcando um contexto em profundas transformações, diga-se de passagem, no qual, segundo Helena Cruz (2002):

Os modelos de identificação que, no passado, tinham oferecido sólidas localizações para os indivíduos, estão sendo deslocados e, concomitantemente, deslocando estruturas e dinâmicas centrais das sociedades do século XXI. Com isso, gera-se um tipo diferente de mudança estrutural, que abala os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. O declínio desses modelos faz surgir a necessidade de novas identidades e conduz à fragmentação do indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado e integrado. Em outras palavras, esses processos estão mudando nossas identidades pessoais e culturais, abalando a idéia que temos de nós próprios, questionando aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. (CRUZ, 2002, p.123)

Com isso, defende-se que as transformações desencadeadas nas relações do âmbito da identidade e do privado redefinem o modo de vida dos cidadãos e o modo de operar das instituições (universidade e família⁶). A perspectiva é que nestes espaços homens e mulheres sejam portadores de responsabilidades em peso igual; que seus direitos sejam igualitários e que suas funções/papéis não sejam definidos a partir de valores biologicistas, patriarcalistas e androcêntricos.

Nesse sentido, homens e mulheres, são vistos como sujeitos portadores de direitos humanos. Interpretando as palavras de Maria Teles (2007, pp. 21-22), os sujeitos também são portadores de direitos humanos, uma conquista histórica e política, uma invenção que exige o acordo e o consenso entre os seres humanos, que devem organizar e adequar de maneira constante uma convivência razoável na sociedade. Ou nas palavras de Helena Cruz (2003, pp.31-32), para quem o entendimento sobre direitos humanos fundamentais está constantemente evoluindo e responde, necessariamente, à percepção do indivíduo sobre uma necessidade e dignidade nas diferentes épocas. E o conhecimento sobre as experiências particulares vividas pelas mulheres permite analisar

⁶ Para respaldar essa idéia, algumas transformações identificadas nos padrões de organização da família brasileira podem ser apontadas a partir dos dados fornecidos na Síntese dos Indicadores Sociais 2006, do IBGE. Por exemplo: Cresceu a chefia feminina das famílias com parentesco; reduziu-se, também, o percentual de casal com filhos, essa queda é fruto, provavelmente, da redução da fecundidade das mulheres no País como um todo. O aumento da instrução feminina é também um condicionante que vem atuando no sentido da redução do número de filhos; o crescimento das famílias com mulheres com filhos e sem cônjuge na chefia familiar.



uma das desigualdades fundamentais do desenvolvimento humano e dos direitos humanos, questionar a construção da cidadania e dos direitos das mulheres, encontrando caminhos para defender sua universalidade respeitando a diversidade.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres e Educação: uma História sem registro. In.: _____. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

AQUINO, Estela M. L. Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In. **Pensando Gênero e Ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005-2006. Brasília, 2006, PP. 11-18.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. **A mulher como tema nas disciplinas da USP. Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.76, pp.50-56, fevereiro de 1991.

CADERNO FEMINISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Bacellar Sardenberg (orgs.) Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

CRUZ, Maria Helena Santana. Novas tecnologias e impactos sobre a mulher. In. COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador:REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.280p. (Coleção Bahianas; 8)

_____. Relações de Gênero e Educação: uma aproximação conceitual. In. **Candeeiro** (Revista de Política e Cultura da Seção Sindical dos Docentes da UFS), ANO VI, v. 9 e 10, outubro de 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese dos Indicadores Sociais 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774.

MAFFIA, Diana. Crítica feminista à ciência. In. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Bacellar Sardenberg (orgs.) Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. Pp. 25-38.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. A armadilha da igualdade. In. _____. **Elogio da diferença: o feminismo emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 321)